



11^a Jornada Brasil Inteligente

Emprego e desenvolvimento rumo ao Brasil 2022





Sumário

Apresentação A espinha-dorsal da CNTU:
o emprego e o desenvolvimento3
Parte 1 Ações da CNTU pelo emprego e desenvolvimento5
1.1 – Os principais projetos da CNTU que abordam o trabalho e o desenvolvimento5
1.2 – Os principais espaços abertos da CNTU para o debate e elaboração de propostas para o emprego e desenvolvimento5
1.3 – Os principais fóruns de debates, temas e documentos
da CNTU que abordam o trabalho e o desenvolvimento
Jornadas Brasil Inteligente
Parte 2 Os trabalhadores universitários, o emprego e o desenvolvimento
2.1 – Reindustrialização25
2.2 – Infraestrutura25
2.3 - Ciência, tecnologia e inovação28
2.4 – Serviço público29
2.5 – Economia criativa e cultura30
Parte 3
Propostas para o emprego e o desenvolvimento rumo ao Brasil 2022

Apresentação

A espinha-dorsal da CNTU: o emprego e o desenvolvimento

Se fizermos o exame minucioso de uma entidade, percebemos que ela, se consistente, tem uma espinha dorsal que define e justifica a sua existência, uma narrativa que lhe dá sentido. A radiografia de uma instituição aponta as perspectivas, as visões, os desejos, as necessidades e os rumos que orientam a comunidade que nela se reúne. A CNTU é uma entidade sindical que agrega trabalhadores de diversas formações e sensibilidades. Portanto, uma multiplicidade multifacetada como são os tesouros de pedras preciosas diversas: cada gema tem um alto valor intrínseco, mas não constitui a totalidade da riqueza.

Assim é a CNTU, uma instituição preciosa que forma um conjunto aberto de entidades, pessoas e vontades reunidas com um sentido comum, uma espinha dorsal, que é o emprego e o desenvolvimento.

A CNTU, embora não esteja no dia a dia das negociações coletivas, faz-se efetivamente presente nesse esforço, apoiando suas federações filiadas que, por sua vez, dão sustentação aos seus sindicatos. A CNTU colabora para viabilizar projetos das federações, ações coletivas trabalhistas, articulações e reivindicações das categorias e tudo o mais que se faz necessário para que uma entidade sindical de cúpula, como é a CNTU, tenha sentido de existir. E isso só pode ser realizado com responsabilidade, se houver mais que um somatório de ações dispersas.

A confederação colabora para viabilizar projetos das federações, ações coletivas trabalhistas, articulações e reivindicações das categorias e tudo o mais que se faz necessário para que uma entidade sindical de cúpula tenha sentido de existir.

Deve haver uma orientação que permita que as iniciativas fragmentárias dos diversos agentes se articulem dentro de uma visão de mundo que se queira dar a cada ação e ao conjunto delas. Desenvolvimento e emprego são duas palavras intrincadas que sintetizam a busca de unidade e de sentido das multiplicidades.

Desde o seu nascimento, em 2008, e particularmente a partir de 2011, desenvolvimento e emprego estão nas pautas dos eventos, das publicações, das reuniões e de outras formas de encontros das comunidades que estão na CNTU. Emprego e desenvolvimento são temas sindicais e suprassindicais, pois dizem respeito às bases concretas de cada categoria profissional que se reúne na CNTU; tocam também a outros trabalhadores, assim como a toda a sociedade e ao País, o qual, já bastante complexo, insere-se no cenário geopolítico global ainda mais complexo. Portanto, a temática do emprego e do desenvolvimento exige ampla e profunda elaboração, debates, diálogos, discussões, que possam apreender do melhor modo possível a realidade à nossa volta e no mundo e apontar caminhos acertados.

A CNTU vem realizando esse processo, contando com contribuições valiosas de seus diretores, dos representantes de cinco categorias profissionais ligadas a ela, dos dirigentes das federações filiadas e das lideranças dos sindicatos em torno dessas federações ou isolados. A

CNTU conta ainda com os diálogos e contribuições dos membros do seu Conselho Consultivo, formado por lideranças das mais diversas profissões e variadas militâncias sindicais, sociais e culturais. Assim, a CNTU busca visualizar melhor a floresta, sabendo que se trata de algo dinâmico, sempre em mutação.

Sem jamais pretender esgotar, numa linguagem simples, dirigida às suas bases sindicais, aos conselheiros consultivos, aos interessados em geral, a CNTU vem produzindo e editando sínteses dos debates que realiza buscando diagnosticar as situações, as tendências e propor ações que orientem as bases sindicais e a militância social. Essas sínteses estão registradas em conjuntos de documentos produzidos pela CNTU desde 2011 e neles podemos captar a narrativa aberta em permanente construção da espinha dorsal da CNTU, o emprego e o desenvolvimento.

Neste documento básico da 11ª Jornada Brasil Inteligente, além da recuperação sintética desse esforço de elaboração e debate que diz respeito a essa que consideramos a espinha dorsal da CNTU, apontamos ainda outras propostas relativas ao tema com relevância na atualidade.

Num momento de grave crise política, econômica e social, a CNTU tem a coragem e a ousadia necessárias para atravessar o "rio do infortúnio" das políticas neoliberais de afronta

Os profissionais abrangidos pela CNTU e toda a comunidade que forma a entidade abraçam a missão de se colocar como sujeitos de seu destino e contribuir efetivamente para a construção do "Brasil 2022: o país que queremos".

aos trabalhadores e ao povo brasileiro, com retrocessos trabalhistas e previdenciários, entre tantas medidas impopulares, como o congelamento do investimento social, de forte impacto negativo. A enfrentar esse desafio, temos a dupla tarefa de pensar tanto os problemas estruturais do emprego e do desenvolvimento quanto as emergências que não param de se avolumar, como a desindustrialização, a precarização do trabalho, a queda dos salários. Reconhecemos que a situação atual torna mais nebuloso traçar possibilidades de futuro. O presente, com as suas emergências, nos esmaga. O Brasil 2022 é um projeto que busca articular o presente com o futuro próximo, apostando que a força simbólica dos 200 anos de Independência e dos 100 anos da Semana de Arte Moderna no Brasil possam criar correntes de

progresso humano e justiça social, de modo que o País possa estar vivo e o povo brasileiro possa recobrar seu sonho histórico de uma nação desenvolvida socialmente, politicamente democrática, colaborando com o mundo na busca de paz e bem viver para todos.

Que o Bicentenário da Independência do Brasil possa ser uma oportunidade de participarmos do ato de Declaração Universal de Dependência e Amizade dos Povos e Nações por um estado metaestável do Planeta Terra. Na base do entendimento universal, o emprego e o desenvolvimento devem constituir-se não como problema, mas como solução. Essa depende da combinação de políticas de desenvolvimento, emprego, educação, cultura, industrialização, meio ambiente etc.. Os profissionais abrangidos pela CNTU e toda a comunidade que forma a entidade abraçam a missão, apesar de todos os obstáculos, de se colocar como sujeitos de seu destino e contribuir efetivamente para a construção do "Brasil 2022: o país que queremos".

Parte 1

Ações da CNTU pelo emprego e desenvolvimento

1.1 - Os principais projetos da CNTU que abordam o trabalho e o desenvolvimento

- Projeto Brasil 2022
- Projeto Brasil Intteligente
- Integração Latino-americana dos Trabalhadores Universitários

1.2 - Os principais espaços abertos da CNTU para o debate e elaboração de propostas para o emprego e desenvolvimento

- Encontros Nacionais da CNTU a cada dois anos
- Jornadas Brasil Inteligente uma ou duas a cada ano (11ª edição realizada em 18/8/2017)
- Campanhas da CNTU (em oito temas estratégicos)
- Alimentação saudável
- Educação continuada
- Internet pública
- Mais C, T & I na Amazônia
- Mobilidade urbana
- Qualidade na saúde pública
- Reabilitação bucal
- Uso racional de medicamentos
- Plenárias do Conselho Consultivo da CNTU (11ª edição realizada em 18/8/2017)
 Seminários sobre integração latino-americana dos trabalhadores universitários (realizadas duas edições com participação de convidados nacionais e internacionais)
- Departamentos da CNTU
- Alimentação
- Amazônia e meio ambiente
- Bioética e direitos humanos
- Brasil 2022
- Cidades e mobilidade
- Ciência, tecnologia e inovação
- Conjuntura econômica
- Cooperativismo
- Educação continuada
- Formação sindical
- Jovem profissional
- Políticas de saúde pública e privada
- Relações internacionais
- Trabalhadoras universitárias
- Valorização profissional

1.3 - Os principais fóruns de debates, temas e documentos da CNTU que abordam o trabalho e o desenvolvimento

Encontros Nacionais

1º Encontro Nacional da CNTU

Encontros regionais em 2011 que preparam o 1º Encontro Nacional da CNTU

 > Preparação regional do 1º Encontro Nacional da CNTU "Emprego, trabalho e qualificação profissional"
 Carta de Maceió

Sabe-se que a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) não supera necessariamente as distorções regionais e as deficiências em decorrência da dependência das importações de tecnologia, das limitações de formação educacional e da excessiva financeirização da economia, obstáculo à produção. É inegável que o Brasil possui setores e empresas modernas baseados em tecnologia de ponta e trabalho qualificado. No entanto, é preciso estender a capacidade de inovação e geração de conhecimento e riqueza ao conjunto da economia nacional e fazer com que os benefícios desse avanço sejam apropriados pela totalidade da população brasileira.

Trecho da Carta de Maceió – 20/5/2011

> Preparação regional do 1º Encontro Nacional da CNTU
 "Reforma da administração pública, serviços públicos e aposentadoria"
 Carta de Vitória

(...)

📘 á um movimento positivo no Brasil em favor do fortalecimento das políticas sociais, de grande importância para os indivíduos, para a sociedade como um todo e para a economia, promovendo decisivas conexões entre o bem-estar e o desenvolvimento econômico. Fruto de processo que se iniciou após 1930, hoje, entre avanços e retrocessos, as políticas sociais brasileiras envolvem investimentos da ordem de 22% do Produto Interno Bruto (PIB). Foi um marco nesse processo a Constituição de 1988, que possibilitou a consolidação de uma ampla rede de proteção formada pela seguridade social, garantindo cobertura ao trabalhador rural, seguro-desemprego, assistência social e programas de transferência de renda e universalização do acesso aos serviços de saúde e à educação básica. Nesse contexto, ressalta-se o decisivo papel da previdência pública na distribuição de renda, atendendo a mais de 28 milhões de beneficiários, constituindo-se essa para uma parte importante desses no único sistema de garantia de renda mínima de longo prazo. Não se pode desconhecer, no entanto, que as políticas sociais são insatisfatórias e aquém do que o desenvolvimento econômico do Brasil é capaz de propiciar aos cidadãos. Destaca-se a baixa qualidade dos serviços públicos, incluindo saúde, educação, transportes urbanos, habitação, segurança, comunicação e cultura.

Trecho da Carta de Vitória - 12/8/2011

> Preparação regional do 1º Encontro Nacional da CNTU "Desenvolvimento e infraestrutura" Carta de Goiânia

> Estado deve ser capaz de planejar e orientar o desenvolvimento do território nacional, no sentido de promover, nas mais diversas escalas e ao mesmo tempo, a eficiência econômica, a equidade social, a sustentabilidade ambiental e a diminuição das desigualdades espaciais. Nesse esforço, é decisivo exigir a melhoria da qualidade dos projetos básicos e executivos que antecedam a licitação e execução das obras públicas para reduzir custos e dificultar a corrupção. Para que sejam de fato garantidos esses avanços, fundamental que o governo e a sociedade brasileira mantenham e consolidem seu posicionamento claramente adverso à estagnação da economia e favorável ao crescimento econômico com inclusão social e equilíbrio ambiental, persistindo na política permanente de redução da taxa básica de juros. Faz-se, portanto, necessário que o País se mantenha unido para refutar os efeitos perversos da crise mundial e aja de forma favorável à expansão do mercado interno e da intensificação e agregação de conhecimentos e inovação na base industrial e econômica do Brasil.

lém de garantir o acesso a todos, a liberdade de expressão, a coibição ao

Trecho da Carta de Goiânia - 23/9/2011

> Preparação regional do 1º Encontro Nacional da CNTU "Democracia, comunicação e cultura" Carta de Porto Alegre

> monopólio, o incentivo à produção local de conteúdos, um dos desafios maiores da democratização da comunicação e da cultura no Brasil consiste no incremento do sistema público de comunicação. Ou seja, aquele constituído pela mídia não comercial, estatal ou produzida pelos movimentos sociais e culturais. Isso é fundamental para assegurar a criatividade e a diversidade e, sobretudo, garantir espaços de resistência social à redução da cultura aos limites do mercado. Ao lado da oferta de uma educação de qualidade e de oportunidades de acesso ao consumo e à produção de bens da

cultura, a internet é meio fundamental

CNTU reúne uma série de elaborações e documentos sobre trabalho e desenvolvimento, fruto de encontros promovidos pela entidade. Entre os temas, democracia, comunicação e cultura, de modo a coibir monopólio no setor e garantir amplo acesso.

para a democratização educacional e cultural, na medida em que possibilita criar e distribuir conhecimentos a custos relativamente módicos.

Trecho da Carta de Porto Alegre - 21/10/2011

> Preparação regional do 1º Encontro Nacional da CNTU
 "Democracia, desenvolvimento e camadas médias"
 Carta de São Paulo

Mesmo tendo renda muitas vezes bastante superior à da massa trabalhadora, boa parte da classe média enfrenta grandes dificuldades para sobreviver. Quando não açodada pelo desemprego ou subemprego, tem salários geralmente abaixo das necessidades. Paga duplamente por educação e saúde, em forma de tributos por um serviço público que não usa e comprando caro do setor privado. Quer utilizar mais os serviços públicos de saúde, educação, transporte e outros, mas não encontra a qualidade a que tem direito. Vive geralmente em grandes cidades insustentáveis, poluídas, congestionadas, violentas e com limitados espaços de convivência e lazer. Encontra fortes limites para manter e reproduzir os padrões de vida que alcançou nos períodos de maior dinamismo do País. Os trabalhadores da classe média e a grande

Como resultado do conjunto de seminários regionais, originam-se projetos focados no desenvolvimento, englobando a campanha Brasil Inteligente, que abarca ações para assegurar serviço público de qualidade, entre outras.

massa trabalhadora devem se solidarizar na defesa de muitos interesses partilhados, como o desenvolvimento sustentado, a distribuição da renda e a democratização do Estado. Transformações na estrutura econômica, social e política de uma nação não acontecem por milagre ou destino previamente traçado. São formuladas e construídas coletivamente através das decisivas lutas sociais e políticas. Mas não é fácil construir consensos na formulação de novos modelos. A classe média teve destacada e honrosa atuação na luta pela democracia, na campanha pelas eleições diretas e no debate em torno das grandes questões nacionais na elaboração da Constituição brasileira. Processo que, no entanto, foi bastante enfraquecido com a forte propagação do ideário neoliberal pelos meios de comunicação. Ao invés de um jornalismo diversificado, expressando posições

distintas e promovendo o debate de ideias, o que vimos assistindo é a "verdade única" sendo propagada como "opinião pública". O que deveria ser informação, capacitando os sujeitos a pensarem e se posicionarem por conta própria, não passa de sistemática formação de sensos comuns banalizados, que levam à despolitização, ao conformismo, ao ceticismo e à desorientação. Fundamental, portanto, para o aprofundamento da democracia no Brasil, erguer-se a bandeira da liberdade de imprensa também como direito da população a informação confiável e abordagens múltiplas.

Trecho da Carta de São Paulo - 18/11/2011

1º Encontro Nacional da CNTU Manifesto Brasil Inteligente

No conjunto de seminários regionais acima apresentados está o embrião daquilo que viria a acontecer. Dar nascimento na CNTU a uma série de projetos focados no desenvolvimento, destacando-se o primeiro deles: a campanha Brasil Inteligente.

- Melhor educação para todos, da pré-escola à educação continuada
- Melhores empregos, desenvolvimento industrial e empreendedorismo
- Serviço público de qualidade e cidadania respeitada
- · Políticas sociais como investimento
- Recuperação e ampliação da infraestrutura econômica, social e urbana
- Tecnologias de informação para a democratização da comunicação e cultura
- Muita atenção e valor à democracia

2º Encontro Nacional da CNTU

"Camadas médias, sindicalismo e desenvolvimento nacional"

O 2º Encontro Nacional da CNTU reforça e estimula dez recomendações aos profissionais universitários e às entidades sindicais que os representam, no âmbito de seu fortalecimento, renovação e crescimento rumo a 2022:

- 1 Participação nas lutas unificadas dos trabalhadores e nas lutas da sociedade pelo
 desenvolvimento sustentável com valorização do trabalho, distribuição justa dos frutos do
 trabalho e pela agregação de mais valor e conhecimento a produtos e serviços e fortalecimento
 da produção de bens e serviços orientados às necessidades que são de todos os brasileiros.
- 2 Participação nas lutas por reindustrialização, desenvolvimento da infraestrutura, saúde, educação, segurança, ciência, tecnologia e inovação, contra a financeirização e desnacionalização da economia, garantindo a soberania.
- 3 Promover os sindicatos junto às bases, sendo fundamentais as práticas democráticas, o atendimento eficiente, as portas abertas, a transparência e os canais e instrumentos para convivência, participação e colaboração permanentes e contínuas.
- 4 Ter conhecimento dos instrumentos sindicais e desenvolver a formação sindical permanente de todos os dirigentes.
- 5 Ampliar e facilitar a sindicalização dos profissionais, tendo como meta dobrar o número de sindicalizados ativos.
- 6 Renovação do ambiente sindical e das direções através da participação crescente dos jovens profissionais para garantir a sustentabilidade do sindicalismo de camadas médias universitárias. Promover o diálogo entre as gerações.
- 7 Estimular o empoderamento das mulheres nos sindicatos e as lutas sindicais em prol da valorização profissional e emancipação feminina. Combater o machismo, os preconceitos sexistas, racistas, estéticos e qualquer forma de intolerância.
- 8 Promover no ambiente sindical a educação continuada permanente, a cultura, as artes, a alegria do conhecimento e do relacionamento social. Renovação da linguagem do sindicalismo, superando as visões que apartam o trabalho e o sindicalismo do restante da vida.
- 9 Desenvolver a combinação da estrutura sindical com a organização em redes horizontais, criando espaços diversificados de participação e diálogo, potencializando assim a colaboração com os demais segmentos do trabalho e da sociedade.
- 10 Valorização da representação dos trabalhadores e do movimento sindical nos conselhos públicos de controle social e nas casas legislativas.

Trecho da Carta do 2º Encontro Nacional da CNTU - 5/12/2013

3º Encontro Nacional da CNTU "Democracia e desenvolvimento"

O sentido da democracia é melhorar as condições de vida e trabalho do seu povo. As instituições devem ser respeitadas e continuadas no seu aperfeiçoamento democrático permanente. A defesa da Constituição Federal, a sua regulamentação e implementação reforçam a necessidade de um fortalecimento da soberania cidadã.

Os profissionais universitários e os trabalhadores em geral, por meio de suas entidades sindicais e outras, entendem que a luta contra a recessão e pela

Os profissionais universitários e os trabalhadores em geral, por meio de suas entidades sindicais e outras, entendem que a luta contra a recessão e pela retomada do desenvolvimento sustentável é básica para o processo de inclusão social, base de toda a democracia.

retomada do desenvolvimento sustentável é básica para o processo de inclusão social, base de toda a democracia. O Brasil não pode estacionar, muito menos regredir, pois estamos bem longe de construir a base econômica para uma sociedade plenamente justa, em que todos os brasileiros tenham condições à vida digna e ao trabalho decente. Em todas as frentes, há que se trabalhar para prover o País de infraestrutura econômica, urbana e social. Para tanto, o modelo atual que privilegia e prioriza o pagamento de juros sobre o restante dos gastos do orçamento da União deve ser combatido. Faz parte dessa questão a necessária oficialização de uma auditoria da dívida da União.

Precisamos de uma agenda econômica fecunda para dar conta da variedade e dimensões dos problemas brasileiros que exigem solução para que o País se

inscreva decididamente como moderno, ou seja, com a incorporação de todos os brasileiros aos padrões razoáveis de vida e trabalho. Portanto, rejeitamos o ajuste fiscal em curso, paralisante da economia, aprofundador das injustiças sociais na medida em que os trabalhadores e a população mais pobre são os grandes prejudicados, em desacordo com as medidas e o tônus que o País demanda. Apoiamos a democratização do crédito a serviço da produção para o lançamento de um novo ciclo de desenvolvimento, liderado pelas pequenas e médias empresas e financiado pelas poupanças do povo brasileiro.

O Estado brasileiro está enfraquecendo-se, pois as políticas recessivas têm levado a significativas quedas da arrecadação tributária, num momento de pressão por maior proteção social devido ao desemprego, ao retorno do crescimento da pobreza e às carências da infraestrutura. Destacam-se nesse contexto a precariedade e as dificuldades da saúde pública, resultando nas deficiências graves da assistência à população. É preciso alterar esse rumo. Recessão se combate com determinação política, visão estratégica, criatividade social e investimentos geradores de empregos e progresso.

Trecho da Carta do 3º Encontro Nacional da CNTU – 10/12/2015

Jornadas Brasil Inteligente 1ª e 2ª Jornadas Brasil Inteligente : A CNTU na Rio + 20 e Cúpula dos Povos

Os profissionais universitários brasileiros saúdam e participam do grande encontro da cidadania e governança global por um mundo melhor. A CNTU acredita que os dois eventos (Rio+20 e Cúpula dos Povos) integram a manifestação de crescente consciência e politização da humanidade acerca de questões que atingem a todos globalmente, nas dimensões políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais. Essa cidadania global e os avanços que se perseguem rumo a uma governança no mesmo âmbito são saudados como acontecimentos singulares que marcarão a busca de um mundo melhor nos próximos 20 anos. A conquista crescente de uma democracia mundial é um longo processo, em que as decisões são importantes e a implementação depende da mobilização e pressão das sociedades nacionais e das redes internacionais, bem como da mudança de comportamentos, atitudes, hábitos e valores de todos os sujeitos, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Gestos ousados internacionais, pautados por critérios democráticos e de justiça, são urgentes para enfrentar a degradação da vida urbana em quase toda a extensão do planeta, acentuadamente nos países pobres e em desenvolvimento, mas também nos desenvolvidos, com crescente deterioração dos espaços públicos, apartação social, favelização, especulação imobiliária, marginalidade, pobreza, miséria, violência, desemprego, precariedade sanitária, produção descontrolada de resíduos, poluição ambiental, mobilidade urbana precária. Tais desafios exigem a mobilização das vontades políticas, econômicas, sociais, culturais e técnicas, com a expansão para todos das conquistas urbanas já consagradas, além das inovações necessárias à melhor qualidade de vida nas cidades.

Desenvolver uma concepção econômica em que o emprego seja o mais importante parâmetro de avaliação quantitativa e qualitativa do desenvolvimento, seja em escala planetária, nacional, regional ou local, é condição imprescindível da sustentabilidade. Atualmente, há 200 milhões de desempregados no mundo e 800 milhões de subempregados, com perspectivas ainda mais negativas para os próximos

anos, afetando sobretudo os jovens, em decorrência da crise internacional que já eliminou mais de 30 milhões de vagas na Europa e nos Estados Unidos. Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), é necessário criar 600 milhões de postos de trabalho nos próximos dez anos para absorver o estoque de desocupados e acolher 40 milhões de pessoas que ingressam a cada ano no mercado.

O quadro demanda forte cooperação internacional para engendrar soluções a esse grave problema que ameaça ao menos dois tripés da sustentabilidade: o econômico e o social.

Desenvolver uma concepção econômica em que o emprego seja o mais importante parâmetro de avaliação quantitativa e qualitativa do desenvolvimento, seja em escala planetária, nacional, regional ou local, é condição imprescindível da sustentabilidade.

Não existe economia forte e empregos de qualidade sem indústria desenvolvida. Os povos e nações devem ter assegurado o direito soberano de implementar suas estratégias de desenvolvimento, industrialização e inovação, respeitando-se as responsabilidades comuns, porém diferenciadas, de controle ambiental. Uma indústria sustentável é um desafio para todas as sociedades, mobilizando o desenvolvimento científico e tecnológico para encontrar soluções energéticas, novos métodos produtivos e novos materiais, controle e reciclagem de resíduos e rejeitos, despoluição de áreas e mananciais e tantas outras frentes do conhecimento despertadas pela sustentabilidade. O incentivo ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional sustentável e a garantia do acesso dos povos a esse conhecimento devem ser objeto de grande cooperação internacional, constituindo-se essa uma frente de ação internacional das mais promissoras. Ao invés de crises e guerras, geração de empregos decentes, melhor distribuição de renda e riqueza, desenvolvimento industrial e agropecuário.

Trechos da publicação da CNTU para a Rio+20 e Cúpula dos Povos (publicação português- inglês) – 18/5/2012

3° Jornada Brasil Inteligente Campanha Brasil Inteligente

Brasil Inteligente é um projeto da CNTU que tem como missão valorizar a inteligência coletiva dos brasileiros, ou seja, reconhecer e mobilizar as capacidades de todos de criar soluções positivas para a vida, para a organização e o progresso social.

Busca debater e implementar a boa racionalidade, ou seja, aquela que tem enfoque no bem-estar coletivo. Acredita, antes de mais nada, no papel primordial da educação, da saúde e da cultura para a existência de indivíduos e coletividades livres.

São oito temas abraçados para deflagrar a campanha, que pode ainda abarcar outros:

Por um Sistema Nacional de Educação Continuada dos Profissionais Universitários

Doze dias por ano para aprimorar a formação, sem prejuízo dos salários, com financiamento compartilhado.

· Mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia

Nova economia da região amazônica com base na sociobiodiversidade, novos materiais e recursos energéticos, superando a economia predatória e excludente.

• Com mobilidade urbana todos ganham

Prioridade ao transporte público eficiente e de qualidade é decisiva para todos terem vidas melhores e cidades sustentáveis, esteios do desenvolvimento.

· Implantação da internet pública

Infraestrutura de rede com domínio público, universalização do acesso, banda larga para todos e desenvolvimento tecnológico-industrial. Promover a apropriação da

rede com conteúdos e aplicativos a processos mais avançados de aprendizagem para o mundo do trabalho, da cidadania e do lazer.

• Pela alimentação saudável, contra o uso abusivo de agrotóxicos

Alimento adequado e seguro é direito da população, e o uso indiscriminado de agrotóxicos faz mal à saúde e envenena o planeta.

Reabilitação bucal para a inclusão social

Urgente e prioritário o combate à falta de dentição, garantindo o direito à prótese dentária, parcial e total, sobretudo na terceira idade.

• Uso racional de medicamentos

Acesso aos medicamentos, que devem atender os interesses das pessoas e coletividades, é direito de todos; seu uso indiscriminado faz mal à saúde.

· Qualidade na saúde

Mais recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS), universalização do acesso, melhoria da qualidade do atendimento e humanização das relações dos profissionais da saúde com os pacientes.

> Trechos dos Documentos Básicos da Campanha Brasil Inteligente em seus oito temas, elaborados ao longo de 2012

4º Jornada Brasil Inteligente O nascimento de um novo projeto Brasil 2022 – Um projeto para o Bicentenário da Independência

A CNTU propõe à sociedade um movimento de renovação e transformação rumo ao Bicentenário da Independência e aos 100 anos da Semana de Arte Moderna, em 2022, que promova desenvolvimento, qualidade de vida e acesso universal aos serviços essenciais e ao conhecimento.

Diretriz 1 – CNTU Brasil 2022 – Organizar e realizar debates para formular propostas sobre os rumos das profissões universitárias sobre vários aspectos relevantes à valorização das categorias e ao desenvolvimento do País. A saber:

a) Sendo o Estado grande empregador das profissões universitárias, especialmente as que se reúnem na CNTU, a questão da carreira pública é fundamental dentro da perspectiva de estancar a sangria dos arranjos de trabalho provisórios e precários e ter um serviço público de qualidade, democrático e participativo.

A CNTU propõe à sociedade um movimento de renovação e transformação rumo ao Bicentenário da Independência e aos 100 anos da Semana de Arte Moderna, em 2022, que promova desenvolvimento, qualidade de vida e acesso universal aos serviços essenciais e ao conhecimento.

- b) No setor produtivo em geral, formular propostas inovadoras para que o trabalho seja mais criativo e empreendedor e menos sujeito a crises. O avanço tecnológico impõe repensar o modelo de desenvolvimento, incluindo a produção, as formas de gestão dos negócios e as relações do trabalho. Caberá examinar o papel decisivo das micro, pequenas e médias empresas, das cooperativas, das alternativas de economia solidária e de outras formas de organização empreendedora e seus acessos aos sistemas de crédito, pesquisa científica, inovação tecnológica e educação.
- c) No sindicalismo das profissões universitárias, especialmente as que se reúnem na CNTU, verificar meios e formas de fortalecer as entidades sindicais para que elas sejam mais capazes de representar os trabalhadores na defesa da distribuição justa dos frutos do crescimento, da democracia, do desenvolvimento, da justiça social, do emprego e renda e da educação permanente.
- d) Na cultura e educação, realizar eventos que abordem o futuro das profissões e as profissões do futuro, colaborando especialmente com os jovens na reflexão e escolha de suas formações, bem como perscrutando como o desenvolvimento científico e tecnológico impacta e impactará o trabalho e o exercício das profissões.

Diretriz 2 – Rede Brasil 2022 – Animar e organizar os diversos agentes sociais, econômicos e culturais a participarem do Brasil 2022, cada um com sua especificidade, identidade e propósitos civilizatórios, democráticos e desenvolvimentistas. Para isso, a CNTU buscará:

- a) parceiros instituições governamentais, sindicais, culturais, educacionais, empresariais, entre outras, interessadas em desenvolver seus projetos próprios ou em parceria;
- b) portal um sítio comum na web para todos os projetos Brasil 2022;

O avanço tecnológico impõe repensar o modelo de desenvolvimento, incluindo a produção, as formas de gestão dos negócios e as relações do trabalho. Nessa direção, cabe examinar o papel decisivo das micro, pequenas e médias empresas.

- c) certificação e selo para distribuir aos parceiros do projeto Brasil 2022 que queiram certificar seus clientes, associados, colaboradores, cooperados, bem como para os participantes da Constituinte do Saber (v. diretriz 3);
- d) publicações livros, cartilhas, folhetos e outras publicações produzidas de forma compartilhada entre os parceiros do projeto Brasil 2022;
- e) Bicentenário estimular atos de cidadania em comemoração aos 200 anos da Independência do Brasil, aprofundando o conceito de soberania nacional no processo de globalização;
- f) arte moderna e contemporânea estimular e auxiliar a organizar eventos culturais e artísticos em comemoração ao Centenário da Semana de Arte Moderna, ocorrida em 1922. Fazer com que o espírito

renovado dos modernistas inspire os jovens, os artistas, os produtores e gestores culturais para uma guinada de renovação e democratização da arte e cultura brasileiras em suas várias manifestações. Somos os modernistas do século XXI.

Diretriz 3 – Constituinte Brasil 2022 – Organizar e realizar conferências nacional, estaduais e municipais (em no mínimo 222 cidades) para debater, eleger delegados, unir

lideranças e intelectuais para propor ideias a um projeto de futuro do País que deseja aprender, conhecer, criar, produzir mais e melhor, enfocando:

- Estado e serviço público debater e propor uma reforma do Estado e da administração pública para romper e superar as formas autoritárias e lobistas que existem na organização estatal, combater as vulnerabilidades em relação a práticas danosas, promover o aprofundamento democrático, serviços públicos qualificados e gestão participativa.
- Economia e empreendedorismo— o Brasil tem alto potencial empreendedor, o que é comprovado pela existência de uma multidão de pequenas e médias empresas e outras formas de organização produtiva (cooperativas, economia solidária e ONGs). É preciso traçar políticas nacionais e regionais de caráter financista, tributário, tecnológico, de cooperação interempresarial e inter-regional, de comércio exterior etc., para o fortalecimento dessas e a criação de novas empresas como instrumentos de geração de emprego, trabalho e renda e como proteção à economia brasileira das crises cíclicas do capitalismo.

O dinamismo empreendedor e criativo do povo brasileiro não combina com a fraca e infecunda educação ministrada no País, que privilegia a memorização e muito pouco a capacidade de analisar, refletir, propor e inovar. Reverter esse quadro é fundamental.

- Educação o dinamismo empreendedor e criativo do povo brasileiro não combina com a fraca e infecunda educação ministrada no País, que privilegia a memorização e muito pouco a capacidade de analisar, refletir, propor e inovar. Reverter esse quadro é fundamental para dar um salto de qualidade na sociedade brasileira, acolhendo suas expectativas de autonomia, liberdade e criatividade.
- Ciência, tecnologia e inovação conjugar o desenvolvimento dos setores acima destacados (economia e empreendedorismo, educação, cultura e civilização) com propostas de desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional, superando as abordagens elitistas, distanciadas da vida real e excludentes de C, T & I.
- Cultura e civilização o Brasil tem alto potencial cultural, bem como desejo de ampliar seu projeto civilizatório e de preservação da sua riqueza e patrimônio natural e histórico. No entanto, a cultura é tratada quase sempre como algo elitista e secundário. Pensar e propor formas de desenvolvimento do potencial criativo do País em todas as áreas do conhecimento cultural: musical, audiovisual, literário, plástico, teatral, arquitetônico, ambiental, urbano, agrário, científico e esportista.

Projeto Brasil 2022 - Diretrizes - 24/5/2013

5ª Jornada Brasil Inteligente Políticas públicas para a alimentação saudável

A campanha Brasil Inteligente "Pela alimentação saudável, contra o uso abusivo de agrotóxicos" propõe que a sociedade brasileira debata de forma aprofundada e permanente a

questão dos agrotóxicos no Brasil, mobilizando movimentos sociais e sindicais, pesquisadores e estudiosos, além de produtores de alimentos. É preciso examinar e controlar de forma adequada o uso dos agrotóxicos na agricultura brasileira. Para que esse objetivo possa ser cumprido, a CNTU indica: revisar a política nacional, bem como as práticas e usos na agricultura brasileira de agrotóxicos, em favor de uma política de direito à alimentação adequada e de segurança alimentar; criar critérios técnicos e éticos que sejam transparentes, amplos, independentes de interesses comerciais, para determinar e avaliar os níveis e as práticas de uso de agrotóxicos e

Expressas em sete diretrizes, as
50 propostas são as apostas dos
profissionais universitários no
Brasil democrático, republicano,
moderno, justo, igualitário, educado,
empreendedor, líder de uma nova
configuração global.

outros produtos químicos na agricultura e na indústria em face do direito a uma alimentação adequada e segura de todos os brasileiros; obter das autoridades governamentais e órgãos públicos, bem como de toda a sociedade, notadamente das empresas de alimentação, compromissos de posturas responsáveis e engajadas de proteção à saúde coletiva, à segurança alimentar e nutricional e ao direito humano à alimentação adequada; banir do País os agrotóxicos comprovadamente de alta toxicidade, já proibidos em outros países; estimular e apoiar programas confiáveis e independentes de interesses, para analisar a toxicidade das moléculas e substâncias usadas nos agrotóxicos. Levar em conta esses estudos na ciência regulatória dos agrotóxicos e fármacos, hoje apoiados

em estudos de laboratórios particulares contratados pelas empresas detentoras das substâncias; estimular e apoiar programas confiáveis e independentes de interesses econômicos que estudam o impacto e custo dos agrotóxicos, bem como dos produtos da agroecologia, na saúde humana e nos ecossistemas; proibir os métodos de aplicação aérea de agrotóxicos que ampliam as áreas contaminadas através dos descontrolados vapores; apoiar e estimular a agroecologia, a agricultura orgânica e a agricultura familiar com fortes políticas públicas que beneficiem o crescimento de sua produtividade (crédito, subsídios, pesquisa e assistência técnica).

Revista Brasil Inteligente nº 3 – A CNTU e as eleições de 2014 – Contribuição dos profissionais universitários para o debate sobre os rumos do Brasil – Agosto de 2014

6ª Jornada Brasil Inteligente A CNTU e as eleições de 2014 50 propostas dos profissionais universitários para o País

Criar as condições para um salto do Brasil para a modernidade é a nossa tarefa. Adquirir musculatura e flexibilidade para dar o grande salto significa ir adiante no projeto sociodesenvolvimentista. Mesmo que com variadas e, muitas vezes, graves imperfeições, não podemos desistir da nossa tarefa de remover mazelas históricas e contemporâneas de altas taxas de exclusão social, de baixa qualidade educacional, de formação de bolsões de miséria e pobreza ao lado de ilhas fechadas de prosperidade, de país sucateado, sem infraestrutura adequada para integração nacional e expansão econômica e social. Não dá para ser uma nação moderna sem

resolver esses problemas basilares, de superação do subdesenvolvimento. Talvez, pela primeira vez, possamos falar em modernidade no Brasil e não apenas em modernização. Essa moderniza setores e mantém outros no atraso, já a modernidade é um processo de universalização de cidadania política, de direitos sociais consolidados, de riqueza justamente distribuída, de inserção na globalização, não com base em vantagens comparativas, e sim como economia criativa de alto valor agregado, com a promoção das riquezas humanas, da biodiversidade, do equilíbrio socioambiental, da alta capacidade intelectual e cognitiva nacional. As 50 propostas a seguir, expressas em sete diretrizes, são as apostas dos profissionais universitários no Brasil democrático, republicano, moderno, justo, igualitário, educado, empreendedor, líder de uma nova configuração global. Para atingir esse estado, é condição superar as marcas persistentes do subdesenvolvimento na estrutura social, econômica e política, construindo uma real democracia de massas, uma República universalizadora de direitos e um Estado efetivamente democrático.

Diretrizes e síntese das 50 propostas

Diretriz I - Estado, democracia e participação social

- Proposta 1: Consolidação e avanço da jovem democracia brasileira
- Proposta 2: Estado para expansão da vida coletiva e civilizada
- Proposta 3: O fundamental papel do Estado brasileiro
- Proposta 4: Políticas públicas de distribuição
- Proposta 5: Políticas públicas de mobilidade social
- Proposta 6: Políticas públicas empreendedoras
- Proposta 7: Maior participação das mulheres na política
- Proposta 8: Políticas que valorizam a vida e o bem-estar

Diretriz II - Universalização dos serviços públicos

- Proposta 9: Serviço público pela vida e igualdade
- Proposta 10: Coibir a lógica mercantil no serviço público
- Proposta 11: Sistema Único de Saúde como prioridade
- Proposta 12: Saúde bucal como política de Estado
- Proposta 13: Previdência básica universal
- Proposta 14: Reforma da gestão pública

Diretriz III - Defesa do trabalho e dos trabalhadores

- Proposta 15: A centralidade do trabalho
- Proposta 16: Redução da jornada de trabalho
- Proposta 17: Política de salário mínimo para combater as desigualdades
- Proposta 18: Valorização do trabalho da mulher
- Proposta 19: Valorizar o Ministério do Trabalho e Emprego
- Proposta 20: Integração latino-americana

Diretriz IV - Infraestrutura econômica, social e urbana

- Proposta 21: Infraestrutura adequada às demandas sociais
- Proposta 22: Cidades sustentáveis e boas de se viver
- Proposta 23: Mobilidade urbana: prioridade em transporte público coletivo
- Proposta 24: Política universal de saneamento básico

- Proposta 25: Energia para o progresso econômico e social sustentável
- Proposta 26: Democratização das comunicações
- Proposta 27: Universalização da banda larga
- Proposta 28: Internet pública para todos

Diretriz V - Desenvolvimento, mercado interno, reindustrialização e sustentabilidade

- Proposta 29: Persistir no crescimento econômico com progresso social
- Proposta 30: Uma sociedade de prosperidade distribuída
- Proposta 31: Mercado interno para impulsionar a indústria
- Proposta 32: Impedir a desindustrialização
- Proposta 33: O papel afirmativo do Brasil
- Proposta 34: Biodiversidade: a grande contribuição do Brasil
- Proposta 35: Indústria de baixo carbono
- Proposta 36: Economia criativa
- Proposta 37: Mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia

Diretriz VI - Cultura e inteligência brasileiras

- Proposta 38: A riqueza de uma nação é a sua capacidade de criação
- Proposta 39: Por um sistema nacional de educação continuada
- Proposta 40: Brasil 2022: O grande salto
- Proposta 41: Comunicação e cultura como direitos sociais
- Proposta 42: Produção e distribuição de produtos culturais brasileiros
- Proposta 43: Descentralização da produção cultural nacional
- Proposta 44: Fortalecimento das mídias não comerciais

Diretriz VII – Bem-estar social, qualidade de vida e ética

- Proposta 45: Por uma ética da convivência
- Proposta 46: Bioética para não se fazer mal a ninguém
- Proposta 47: Por uma alimentação nutritiva e sem venenos
- Proposta 48: Contra o uso abusivo de agrotóxicos
- Proposta 49: Uso racional de medicamentos
- Proposta 50: Protagonismo social e emancipação das mulheres

Revista Brasil Inteligente nº 3 – A CNTU e as eleições: 50 Propostas dos profissionais universitários para o País (síntese) – 22/8/2014

7ª Jornada Brasil Inteligente Publicação "A CNTU e a luta das mulheres" Diretriz Mulher e Trabalho

Diretriz Mulher e Trabalho

1 - Trabalho decente

A presença maciça das mulheres no trabalho tem o lado positivo expresso na oportunidade de obter renda própria e, assim, ampliar as condições de emancipação feminina. E tem o lado negativo, manifesto em crescente processo de precarização do trabalho, sendo as mulheres a grande maioria em situação de trabalho precário. O Brasil deu importantes passos para a redução de trabalhadores informais. Um dos avanços obtidos é o crescimento do trabalho

com carteira assinada, ou seja, com direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Além de criar novos postos legalizados, milhares de trabalhadores saíram da informalidade, como demonstram dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na pesquisa realizada sobre a evolução do emprego no setor privado (em que estão mais de 2/3 da população ocupada). Esse crescimento do trabalho com direitos e proteção social vem beneficiando homens e mulheres, mas essas continuam sendo o maior grupo sem carteira assinada, com mais da metade nessa situação. A formalização do trabalho através do registro em carteira é um dado positivo, porém não suficiente para se afirmar que as mulheres estão se afastando da precariedade. Pelo contrário, há fortes evidências, ainda pouco estudadas, de que

Os sindicatos devem combater a precariedade e lutar pelo trabalho decente para todos os trabalhadores e trabalhadoras, com direitos sociais e previdenciários assegurados e condições humanamente dignas de trabalho, denunciando e coibindo a superexploração, as doenças e os acidentes de trabalho, o assédio moral e sexual etc..

as condições de vida das trabalhadoras formais e informais não são tão díspares. O crescimento de postos de trabalho femininos está concentrado nos setores da economia que pagam os piores salários e possuem más condições de trabalho, com extensas jornadas, contrato em tempo parcial, terceirização, trabalho em pé, cultura antissindical, menores níveis de qualificação, insalubridade, discriminação das que adoecem ou engravidam. As mulheres, em sua grande maioria, com suas duplas ou triplas jornadas, têm seus corpos e sua saúde marcados pela servidão, sob permanente pressão e insegurança.

Os sindicatos devem combater a precariedade e lutar pelo trabalho decente para todos os trabalhadores e trabalhadoras, com direitos sociais e previdenciários assegurados e condições humanamente dignas de trabalho, denunciando e coibindo a superexploração, as doenças e os acidentes de trabalho, o assédio moral e sexual etc.. O trabalho decente para as mulheres deve compreender também os direitos reprodutivos e de gestação, as vestimentas e equipamentos de trabalho em acordo com o seu corpo, de trabalhar em espaço, ambiente e jornada adequados à saúde feminina etc.. É urgente introduzir a questão da mulher nas pautas sindicais e nas negociações coletivas. Uma frente crescente de preocupação da OIT e do sindicalismo é o assédio moral. Pelo Direito brasileiro, quando é causado dano à vítima, gera-se a obrigação de indenizar, tendo o agressor o dever de reparar o prejuízo causado, por meio de pagamento em dinheiro, a ser fixado pelo juiz, destinado a reparar as consequências do ato ilícito. Referida obrigação está prevista no artigo 927 do Código Civil (aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo). Contudo, essa obrigação não exclui o pagamento, pelo empregador, das verbas trabalhistas ao empregado, quando o demitir sem justa causa. Embora ainda não exista uma lei específica para punir a prática do assédio moral, existem atualmente diversos projetos de lei tramitando no Congresso Nacional sobre o tema. O assédio moral está presente num contexto em que há banalização da injustiça social, precarização das

condições de trabalho, tarefas fastidiosas e penosas, desemprego e desigualdades abissais, entre outras situações. Assim, percebe-se a importância da realização de políticas que venham a prevenir e combater a ocorrência desse fenômeno que gera consequências negativas nos níveis individual, organizacional e social. A melhor forma de buscar soluções para esse problema é a prevenção, como a busca da tutela jurídica nas relações pessoais no âmbito da empresa, uma maior e expressa valorização da mulher trabalhadora, como foco principal, em virtude de seu importante papel na família. A prevenção é uma verdadeira oportunidade de modernização das relações sociais e humanas. Ainda, devem ser ensejados mecanismos que possibilitem ambientes laborais saudáveis e equilibrados, com proteção à saúde física, psíquica e moral de todos os trabalhadores e trabalhadoras, livres de quaisquer preconceitos ou discriminação, garantindo um tratamento igualitário em todas as suas proporções, a fim de preservar um dos maiores direitos dos cidadãos: a vida de forma digna baseada no Estado democrático de Direito.

2 - Igualdade de salários

Um dos princípios que alicerça a Constituição brasileira é o de isonomia, que equipara o tratamento dispensado nas relações sociais, ou seja, entre gêneros, raças e crenças distintas. A diferença laboral entre homens e mulheres fere esse princípio. A Constituição brasileira

Mesmo em ambientes profissionais com altos níveis de instrução, a isonomia é desrespeitada no exercício de profissões universitárias, chegando as mulheres a receber metade do que os homens em trabalhos iguais, com formação igual. Isso deve ser objeto de debate, denúncia e ação sindical.

e a CLT, além de outras leis que impedem a diferença salarial entre homens e mulheres, são desrespeitadas e burladas, com frequência. O hábito de pagar menos às mulheres é comum no mundo e no Brasil e sua força reside na cultura discriminatória que permeia as relações socioeconômicas. Portanto, é preciso, ao mesmo tempo, travar a luta legal pelo cumprimento do direito e a luta política que visa transformar os valores e criar uma cultura colaborativa e cooperativa entre os gêneros. E isso deve passar por políticas públicas e programas específicos de promoção da igualdade. Os principais argumentos para a prática da diferença de tratamento salarial, segundo estudiosos, advêm de arraigados símbolos ou valores antigos, como a crença na aparente fragilidade física da mulher em relação ao homem, bem como de que a mulher é naturalmente destinada ao cuidado com o lar e os filhos, ficando o trabalho fora de casa identificado como um complemento. Mesmo em ambientes profissionais com altos níveis de instrução, a isonomia é

desrespeitada no exercício de profissões universitárias, chegando as mulheres a receber metade do que os homens em trabalhos iguais, com formação igual. Isso deve ser objeto de debate, denúncia e ação sindical, incorporando-se nas pautas salariais e nas negociações coletivas a isonomia salarial entre gêneros e raças, bem como no debate e formulação pelos sindicatos de novas políticas públicas promotoras de igualdade no trabalho.

3 - Igualdade de oportunidades

Inúmeros estudos comprovam: as mulheres estudam mais, mas têm menos chance de progredir no trabalho, registrando-se pequena participação na liderança e nos altos escalões das empresas, órgãos públicos, sindicatos, embora haja exceções. Políticas compensatórias visam diminuir o impacto negativo dessa e de outras injustiças. Um exemplo é a política de cotas que os movimentos feministas e de mulheres abraçaram como instrumento de empoderamento das mulheres nos espaços político, empresarial e sindical. A política de cotas precisa ser aperfeiçoada permanentemente e sua execução comprova que as instituições só têm a ganhar com a presença das mulheres. Mas as cotas por si só não bastam, elas precisam estar associadas a outras políticas emancipatórias. A mulher continua respondendo em grande medida, e muitas vezes exclusivamente, pelos cuidados com o lar, com os filhos e com os doentes e idosos etc.. Isso precisa mudar a partir de políticas públicas

É preciso lutar por políticas públicas e investimentos em infraestrutura social e pública nas áreas de saúde, educação, transporte, habitação, segurança, fundamentais bens e serviços para a produção de reais condições de igualdade de oportunidades para as mulheres e de melhores condições de vida para todos.

que promovam a divisão de responsabilidades e a partilha de direitos, conforme a Convenção 156 da OIT, da qual o Brasil ainda não é signatário, mas deve tornar-se, garantindo sua ratificação e regulamentação. A norma aplica-se a homens e mulheres com responsabilidades em relação a filhos e filhas dependentes, quando essa condição restringir a possibilidade de se preparar para uma atividade econômica e nela ingressar, participar ou progredir. É preciso também reconhecer que a mulher não voltará atrás e continuará a ampliar sua presença no mercado de trabalho com uma força transformadora que já está em processo. As mulheres sabem que sua autonomia e liberdade dependem também de uma solução global que beneficie a todos, que facilite um pouco as grandes dificuldades da vida moderna. É preciso, por exemplo, lutar por políticas públicas e investimentos em infraestrutura social e pública nas áreas de saúde, educação, transporte, habitação, segurança, fundamentais bens e serviços para a produção de reais condições de igualdade de oportunidades para as mulheres e de melhores condições de vida para todos.

4 – Valorização das profissões do cuidado e da educação

Muitos estudiosos da vida contemporânea, como Pierre Levy, consideram as profissões do cuidado e da educação as mais importantes e decisivas da organização social e econômica do século XXI. O cuidado é visto por outros como uma das mais profundas subversões da norma básica do capitalismo, o descuido. O cuidar é um processo fundamental de atenção à saúde, exigindo conhecimentos e práticas multidisciplinares, que fazem intervir, em colaboração, diferentes formações acadêmicas e profissionais em interação com os pacientes tomados como seres capazes e dotados de desejos. O mesmo pode ser dito da educação contemporânea, que impõe repensar as fronteiras e articulações entre os conhecimentos, solicitando diálogo e jogo entre as disciplinas, amparados em equipes multidisciplinares bastante ecléticas. Nesses dois setores, do cuidado e da educação, há forte presença, senão predomínio, de profissionais mulheres. Alguns entendem que a vocação das mulheres no que diz respeito ao cuidado e à educação no âmbito doméstico e familiar foi transferida às profissões do cuidado e da educação. Ou seja, atividades importantes, porém com baixo reconhecimento social. É preciso mudar essa mentalidade

anacrônica, como feito em alguns países, como Canadá e Austrália, em que o cuidado e a educação são atividades de forte reconhecimento e valor social, rompendo com a estrutura patriarcal e de servidão feminina. Valorizar as profissões do cuidado é garantir que tenham trabalho digno, salários justos, equidade nas condições e oportunidades de exercício da carreira.

5 – Estímulo e apoio aos estudos e pesquisas sobre as condições de trabalho dos profissionais universitários e, em particular, das profissionais universitárias

O aumento da participação de mulheres em ocupações anteriormente restritas aos homens e o crescimento de oportunidades de trabalho para mulheres com formação universitária colocam a necessidade de estudos que atualizem o conhecimento produzido – até há pouco tempo e ainda hoje – exclusivamente a partir da observação de grupos de homens. A CNTU deve promover esse conhecimento especialmente sobre as profissões que reúne, demandando estudos também sob a ótica das mulheres na investigação pela sociologia do trabalho, antropologia, economia, filosofia e ciências da saúde.

Publicação "A CNTU e a luta das mulheres – Em construção, as diretrizes para uma política de gênero no sindicalismo de profissionais universitários" – Diretriz Mulher e Trabalho – 12/12/2014

8ª Jornada Brasil Inteligente Educação continuada: civilização, trabalho e desenvolvimento

Entre as bandeiras e propostas ao País defendidas pela CNTU está a criação de um sistema de educação continuada como política de Estado. O objetivo é tornar exequível o consenso já existente quanto à necessidade de "estudar para o resto

Entre as bandeiras e propostas ao
País defendidas pela CNTU está a
criação de um sistema de educação
continuada como política de Estado. O
objetivo é tornar exequível o consenso
já existente quanto à necessidade de
"estudar para o resto da vida".

da vida". Assim, temos debatido o tema com os profissionais de nossa base e estabelecido diálogo com diversos atores sociais, a fim de desenhar um modelo que atenda à demanda por qualificação não só das categorias ligadas à nossa confederação, mas de todo o contingente de formação universitária que hoje soma em torno de 15 milhões de pessoas no Brasil. Em linhas gerais, propõe-se a aprovação de um projeto de lei que assegure aos profissionais 12 dias por ano, sem prejuízo de remuneração, para que se dediquem a atividades de educação continuada. Uma iniciativa dessa natureza, além de ser uma necessidade, tem respaldo na Constituição Federal e nas convenções 140 e 142 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), das quais o Brasil é signatário. Também criaria

instrumento para ampliar a ação do Ministério do Trabalho e Emprego no que diz respeito à qualificação da mão de obra nacional.

Revista Brasil Inteligente nº 4 − Editorial − Luta pela educação continuada − 10/11/2015

9ª e 10ª Jornadas Brasil Inteligente Amadurecendo o projeto Brasil 2022: O país que queremos

O país que se prepara para o Bicentenário

Seminários

Cultura e soberania no Brasil 2022

Uma primeira iniciativa no âmbito desse projeto da CNTU para reunir as forças da cultura, pensando o País a partir de um olhar, que é artístico, mas não só, pois cultura é um amplo leque de forças do pensamento e da prática social.

Economia e política no Brasil 2022

A dívida e a gestão da dívida rebatem em tudo, inibindo negativamente as possibilidades de desenvolvimento distribuído e sustentado. Queremos uma economia saudável, que ofereça alternativas, seja regulamentada, reconstrua as finanças, retrabalhe o País e o planeta, no lugar de implodir o mundo humano.

Parte 2

Os trabalhadores universitários, o emprego e o desenvolvimento

Ter um diploma universitário melhora as chances de se ter um emprego, mas não é garantia dele ou tampouco de condições de trabalho e remuneração adequadas. A educação não é condição apenas para o trabalho, ela é fundamental para formar pessoas livres, cidadãos plenos, aptos a adquirir saberes para toda a vida. Mas uma nação que conta com mais de 15 milhões de profissionais universitários deve se ocupar de criar para esses as oportunidades que façam jus ao investimento pessoal, familiar e público que foi realizado em sua formação. Não é uma boa política preparar engenheiros, nutricionistas, farmacêuticos, odontologistas ou economistas para executarem funções que não

Apenas 17% da força de trabalho no Brasil possui um diploma universitário e menos de 6% têm curso superior incompleto. Alterar esses índices, em médio e longo prazos, qualificando mais e melhor os trabalhadores, é decisivo para se ter um perfil socioeconômico de nação desenvolvida.

demandam a sua qualificação específica.

Mas é isso que vem acontecendo com grande
parte dos trabalhadores que portam um
diploma universitário, especialmente os mais
jovens. Isso não só é frustrante, como de uma
grande irracionalidade num mundo em que o
conhecimento intensivo é a base da economia.

O aumento da produtividade ou o desenvolvimento econômico são essencialmente processos de acumulação de capital por meio dos quais se promove a transferência da mão de obra de setores de baixo valor adicionado *per capita* para setores de alto valor adicionado *per capita*, que são sofisticados tecnologicamente e pagam melhores salários. Nas últimas décadas, o Brasil sofre do inverso, transferindo mão de obra da indústria moderna, mais bem

remunerada, para os serviços não sofisticados, de salários mais baixos. Apenas 17% da força de trabalho no Brasil possui um diploma universitário e menos de 6% têm curso superior incompleto. Alterar esses índices, em médio e longo prazos, qualificando mais e melhor os trabalhadores, é decisivo para se ter um perfil socioeconômico de nação desenvolvida. No curto prazo, fundamental agir no sentido de não queimar o potencial já formado de pessoas que atingiram qualificação mais elevada.

Para que se faça justiça àqueles que estudaram ou estão estudando numa universidade e para toda a população que almeja alcançar esse direito de ensino superior, é preciso dar atenção ao desenvolvimento industrial e aos avanços científico, tecnológico e inovacional, além de fortalecer o serviço público e as atividades do cuidado e da cultura.

A CNTU assinala abaixo, em linhas gerais, os desafios mais relevantes para as políticas de geração de emprego e renda para os trabalhadores universitários.

2.1 - Reindustrialização

O Brasil já contou com um dos maiores e mais importantes parques industriais do mundo, mas a indústria no País vem se definhando. Até 2013, a indústria brasileira representava ainda 1,7% da produção mundial. De lá para cá, essa participação só tende a cair, com a indústria perdendo progressivamente expressão no âmbito da economia nacional e também em nível mundial. A indústria brasileira não acompanhou o movimento da terceira revolução industrial e está afastada de muitas cadeias globais de valor.

A reindustrialização do Brasil deve ser parte fundamental, de caráter estratégico de primeira linha, da agenda de crescimento, dada a capacidade do setor industrial de gerar bens com maior valor agregado, de difundir tecnologia, criar empregos de qualidade e, através de seus encadeamentos produtivos, elevar a produtividade de toda a economia.

Entre 1930 e 1980, o projeto nacional foi de industrialização; de 1980 para cá, a participação da indústria no PIB caiu de 28% para 9%; a participação de manufaturados na exportação total caiu de 62% em 1990 para 35% em 2014.

Logo, para voltar a crescer, o projeto deverá ser o da reindustrialização, entendida como sofisticação produtiva para incluir também os serviços tecnologicamente sofisticados.

Para reindustrializar o País, teremos de continuar a cuidar da produtividade do lado da oferta; deveremos continuar a dar prioridade à educação, ciência e tecnologia, à melhoria da infraestrutura e ao aperfeiçoamento das instituições. Deve haver alinhamento entre política industrial e diretrizes macroeconômicas, sendo essenciais juros baixos e taxa de câmbio competitiva. Sem indústria, um país como o Brasil não avança na incorporação da força de trabalho ao mercado, não eleva os padrões de vida das multidões e não cria inteligência sistêmica.

2.2 - Infraestrutura

De acordo com o Banco Mundial, infraestrutura econômica abrange os principais setores que subsidiam os domicílios e a produção, a saber: energia, transportes, telecomunicações, fornecimento de água e saneamento e, algumas vezes, setores de habitação e hidrocarbonetos. Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ela engloba os setores de energia elétrica, telecomunicações, saneamento e logística (rodovias, ferrovias e portos). Já para a Comissão Econômica para a

e portos). Já para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), esse termo é bem abrangente e inclui a prestação de serviços públicos de abastecimento de água, energia elétrica, gás natural, coleta de resíduos, tecnologias de informação e comunicação (TICs), rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, drenagem e irrigação. Nos estudos de infraestrutura realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2010, esse conceito foi desagregado em duas linhas de estudo: a infraestrutura social e urbana, cujo foco prioritário é o suporte aos cidadãos (saúde, educação, cultura, segurança e justiça) e seus domicílios (habitação, saneamento e transporte

Para reindustrializar o País, teremos de continuar a cuidar da produtividade do lado da oferta; deveremos continuar a dar prioridade à educação, ciência e tecnologia, à melhoria da infraestrutura e ao aperfeiçoamento das instituições.

urbano); e a infraestrutura econômica, cuja função precípua é dar apoio às atividades do setor produtivo, englobando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia elétrica, petróleo e gás natural, biocombustíveis e telecomunicações.

Infraestrutura econômica

Nas décadas de 1980 e 1990 e no início de 2000, são inúmeras as restrições para fazer frente às necessidades de investimentos na infraestrutura econômica, provocando a deterioração da estrutura da grande maioria dos setores econômicos. Crise fiscal do

A disponibilidade de infraestruturas sociais e urbanas tem se configurado, cada vez mais, em importante fator da competitividade econômica das cidades e regiões, e um elemento determinante na atração de indivíduos e empresas, portanto, elas também são econômicas. E são fundamentais para a qualidade de vida das populações e o equilíbrio social.

Estado, dificuldades de acesso a financiamentos externos, instabilidade regulatória são alguns dos obstáculos. As demandas e os gargalos identificados são enormes, os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram, inegavelmente, um avanço em relação à situação pretérita, embora insuficientes. São grandes os desafios que precisam ser superados para que o País possa desfrutar mais intensamente dos resultados do desenvolvimento, no seu sentido mais amplo. Parece haver consenso de que infraestrutura deficiente, baixa taxa de investimento em proporção do PIB, taxa de juros ainda elevada e necessidade premente de melhorar a quantidade e a qualidade da educação são elementos que compõem a agenda do desenvolvimento.

Para trilhar o caminho do desenvolvimento sustentado, além de sólidas bases econômicas e

infraestruturais, são essenciais o fortalecimento institucional e a consolidação dos marcos regulatórios. Outro ponto importante da agenda mundial refere-se ao agravamento do processo de mudança climática, que torna importante a análise da contribuição de cada empreendimento quanto à emissão de gases de efeito estufa. Portanto, a tensão e a contradição entre sustentar ou acelerar o crescimento econômico e preservar a natureza e seus recursos continuarão em pauta, o que obriga o permanente desenvolvimento ou adoção de tecnologias de baixo impacto ambiental e melhoria das condições de existência das populações afetadas pelos empreendimentos.

Planejamento de longo prazo e mitigação dos danos ambientais e sociais são os maiores desafios da instalação de sistemas de engenharia nos territórios, demandando intenso desenvolvimento de inteligências e competências no planejamento e meio ambiente, com suas várias interfaces disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, em todas as áreas das ciências.

Infraestrutura social e urbana

A disponibilidade de infraestruturas sociais e urbanas tem se configurado, cada vez mais, em importante fator da competitividade econômica das cidades e regiões, e um elemento determinante na atração de indivíduos e empresas, portanto, elas também são econômicas. E são fundamentais para a qualidade de vida das populações e o equilíbrio social.

As infraestruturas sociais e urbanas envolvem amplo conjunto de sistemas e suportes à vida cotidiana da população, notadamente no meio urbano, implicando equipamentos e suportes físicos, na prestação de serviços e na sua gestão, seja de operação e manutenção desse equipamento ou do sistema em termos espaço-temporais.

Equipamentos e serviços de educação, saúde, transporte, habitação, segurança, assistência social, lazer, entre outros, constituem a infraestrutura social e urbana. Esse entendimento é fundamental para que as demandas reais sejam atendidas. Uma perspectiva mais restrita do que seja infraestrutura social e urbana – e das necessidades sociais básicas e direitos humanos que ela visa atender – implica menor demanda por investimentos públicos e privados e condições mais precárias de vida.

As importantes, porém tímidas, inversões do PAC sequer tocaram a grande problemática urbana do País, em que as grandes cidades e as metrópoles transformam-se em territórios candidatos a estopins sociais e à fragmentação. Grandes contingentes humanos são submetidos a condições deterioradas e desumanas de habitação, saneamento, transporte, educação, segurança, saúde e cultura.

O que se assiste no Brasil na atualidade – notadamente pelas medidas legais implementadas que restringem o gasto público com serviços e investimentos essenciais – parece ser a omissão do Estado em relação a sua responsabilidade de dotar a sociedade de condições de existência básica. Há alto potencial caótico da macabra combinação de elevadas taxas de desemprego, desvalorização do trabalho, queda do investimento em programas sociais e congelamento de gastos públicos em educação, saúde, habitação e urbanismo. O conceito de cidade de negócios sobrepujando a ideia de lugar de pessoas certamente agravará ainda mais as condições sociais, ambientais e culturais das localidades,

especialmente das metrópoles, acentuando as disparidades entre os bolsões de riqueza dotados de todas as infraestruturas e a incontrolável expansão das áreas de pobreza com nenhuma ou precárias estruturas.

Se o futuro nos aflige a partir de um presente de sobressaltos e desorientação, o passado pode nos dar luzes para acreditar na possibilidade de se evitar o colapso. O Brasil conta com uma fabulosa rede de cidades construída ao longo de séculos; criou um serviço público de grande importância para a maioria da população; desenvolveu uma das industrializações mais intensas e aceleradas; implantou um sistema educacional público que responde por 84% dos matriculados, além de importantes universidades em todo o País, e disseminou o ensino superior por boa parte do território nacional; criou um dos sistemas de saúde, o SUS, dos mais progressistas do mundo;

Se o futuro nos aflige a partir de um presente de sobressaltos e desorientação, o passado pode nos dar luzes para acreditar na possibilidade de se evitar o colapso. Esse passado nos dá referências importantes de que é possível encontrar espaço qualificado no mundo globalizado para uma nação singular como o Brasil.

e implantou um sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação. Esse passado nos dá referências importantes de que é possível encontrar espaço qualificado no mundo globalizado para uma nação singular como o Brasil.

2.3 - Ciência, tecnologia e inovação

A partir do século XIX, o avanço tecnológico começou a fazer uso significativo de conhecimentos científicos devido a inovações na indústria química e nos usos da energia elétrica. A ciência passou a suprir a tecnologia não só de descobertas e explicação de fenômenos da natureza, como também com o uso cada vez mais amplo do método científico de investigação, suas técnicas laboratoriais e a certeza da importância da pesquisa na solução de problemas do setor produtivo. Ciência e tecnologia passaram a ser as bases dos sistemas de inovação de processos e produtos.

Por serem fruto da aplicação de conhecimentos científicos, as tecnologias modernas mais relevantes e seus processos de produção não são facilmente compreendidas e, consequentemente, são extremamente difíceis de ser copiadas. Diante disso, a nação que não detém competência científica e capacidade tecnológica está condenada à periferia, mesmo que disponha dos demais fatores de produção (capital, mão de obra e matérias-primas). A geração de tecnologias de base científica exige, num ambiente favorável à criatividade e à inovação, acúmulo de capital para investimentos contínuos em pesquisa, desenvolvimento experimental e engenharia, mobilizando cérebros com competência em amplo espectro de conhecimentos e capacidade gerencial para produzir, competitivamente, novos bens e serviços.

A inovação resulta de numerosas interações entre ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento experimental, tecnologia industrial básica (desenho industrial, normas, metrologia), engenharia e outras atividades que ocorrem dentro e fora das empresas e entre elas. Ainda, da combinação de fatores que envolvem políticas públicas, recursos humanos, organização, gestão, finanças, *marketing*, serviços, participação de alianças estratégicas e de redes de cooperação, acesso a fontes de informações as mais variadas, mercado, fornecedores etc.. É evidente, portanto, a necessidade de uma visão ampla desse complexo processo social para entendê-lo quanto ao seu funcionamento e corrigir lacunas e deficiências.

O Brasil atualmente se comporta como uma nação emparedada pela globalização, sucumbindo à divisão internacional do trabalho que lhe atribui o papel de comprador

O Brasil deve perscrutar as condições para se integrar ao mundo, lançando mão de sua capacidade e especificidades, investindo nos setores em que pode ser pioneiro e inventor de soluções para si próprio e para outras sociedades. Ciência, tecnologia e inovação devem ser vistas como instrumentos de cooperação nacional e internacional, elevando o nível cultural de todos os povos.

de tecnologia e exportador de produtos com baixo valor agregado. A miopia tem levado as autoridades e as classes dirigentes do País a manifestarem seu descrédito na capacidade criativa nacional, reservando à maioria dos seus cidadãos o aprendizado combinado de ignorância e subserviência. Esse projeto não interessa ao povo brasileiro, à América Latina, nem mesmo à população mundial.

O Brasil deve abandonar tal posição subalterna e perscrutar as condições para se integrar ao mundo, lançando mão de sua capacidade e especificidades, investindo nos setores em que pode ser pioneiro e inventor de soluções para si próprio e para outras sociedades. Ciência, tecnologia e inovação devem ser vistas, para além de instrumentos de competitividade econômica, como instrumentos de cooperação nacional e internacional, elevando

o nível cultural de todos os povos. Os países periféricos devem unir-se para compensar as assimetrias científicas e tecnológicas, partindo para um enfrentamento mais forte dos aspectos negativos da globalização. Cabe ao Brasil não abdicar do projeto civilizatório de criar nos trópicos uma nação desenvolvida, democrática, criativa, pacífica e integradora do

Cone Sul. Nesse caminho, é essencial a expansão da educação em geral e da universitária em particular; a conservação e o fortalecimento dos centros de pesquisas públicos e privados; a manutenção e o aprimoramento dos projetos de ampliação e interiorização da pós-graduação para formação de educadores e pesquisadores; o aperfeiçoamento institucional da ciência, tecnologia, inovação.

O Brasil deve adequar seus programas de ciência, tecnologia e inovação para abraçar suas singularidades e potencialidades com base na biodiversidade e nos infinitos recursos ambientais e energéticos disponíveis. Nesse sentido, a CNTU defende, como um dos temas da campanha Brasil Inteligente, mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia. Propõe-se uma nova economia

A CNTU defende, como um dos temas da campanha Brasil Inteligente, mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia. Propõe-se uma nova economia amazônida, intensiva em conhecimento científico e saberes populares sobre a biodiversidade.

amazônida, intensiva em conhecimento científico e saberes populares sobre a biodiversidade. Para tanto, há que se criar na região grandes centros de educação, pesquisa e desenvolvimento que trabalhem com as potencialidades humanas, energéticas e vegetais da região. Há também que se acentuar a difusão universitária em toda a Amazônia, que representa mais de 60% do território nacional.

Um efeito da inovação tecnológica pode ser a eliminação de produtos, empresas, atividades econômicas e, consequentemente, empregos. No entanto, isso não é uma fatalidade, mas uma escolha social. Os ganhos de produtividade com os avanços da contemporaneidade podem e devem permitir o uso do tempo humano em trabalho menos penoso e mais gratificante, assim como em mais tempo livre e qualidade de vida. O movimento sindical deve debruçar-se permanente e atentamente sobre essa questão, não ignorando as atuais relações macroeconômicas, sociais e institucionais. Não são as tecnologias de infocomunicação que desnorteiam o mundo do trabalho hoje, e sim a redução da capacidade de gasto e regulação do Estado, a concentração dos ganhos de produtividade nas mãos do capital financeiro e a estagnação econômica. Esses são os elementos determinantes do desemprego e da precariedade das condições e relações do trabalho.

2.4 – Serviço público

Serviço público é fruto da atividade humana a que chamamos trabalho. Ele é o trabalho realizado em organização específica, estatal ou regulamentada pelo Estado e exercida por concessionários ou permissionários. Mas o serviço público é também um produto do qual se espera que concorra para o bem comum e a melhoria do bem-estar social.

Juntamente com a política de salário mínimo, os serviços públicos gratuitos têm sido, até agora, o principal instrumento de redistribuição de renda no Brasil. Salário mínimo e

serviços públicos são os pilares de uma sociedade melhor, por ser mais justa e por atribuir prioridade máxima à dignidade humana. O grau de legitimidade dos governos depende da opção por critérios de justiça na regulação dos serviços públicos, de maneira a garantir-lhes correspondência com os anseios da grande maioria da população por uma vida com dignidade, solidariedade e igualdade.

O senso comum conta uma história segundo a qual o serviço público brasileiro é marcado por uma tendência crônica de "inchaço", decorrente de "empreguismo" alimentado por motivos clientelistas e que resultam em contratações que seguem critérios duvidosos. No entanto, o mais importante empregador público brasileiro, o serviço público federal, tem sido marcado nas últimas décadas pela recomposição e modernização de sua força de trabalho (com carreiras novas e de perfil mais qualificado) e pela profissionalização tanto de seu quadro permanente quanto de seus cargos de direção. Nessa esfera, a participação dos profissionais com curso superior passou de 27% em 1995 para 44,7% em 2015; em 1995, 2,3% e 0,8% desse contingente tinham mestrado e doutorado respectivamente, em 2015 essas taxas evoluíram para 7% e 12,3%. A mais clara evidência de profissionalização da alta gestão é o espaço crescente dos cargos reservados a servidores de carreira ou em exercício descentralizado e redução equivalente da proporção de nomeados sem vínculos com o serviço público.

Antes de se apontar crescimento disfuncional do setor público, o que realmente precisamos é discutir as funções do Estado e da administração pública em suas relações com a sociedade, seus interesses, demandas, conflitos e valores.

Ainda, contrariando os que dizem que a máquina pública só cresce na sua folha de pagamento, o Ministério da Fazenda informa que a despesa líquida com pessoal em relação à receita corrente líquida (considerando os três poderes) era de 54,5%, em 1995, patamar acima do máximo legal que seria estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal; em 2005 havia caído para 27,3%; em 2014, era de 34,4%.

Portanto, antes de se apontar crescimento disfuncional do setor público, o que realmente precisamos é discutir as funções do Estado e da administração pública em suas relações com a sociedade, seus interesses, demandas, conflitos e valores. Estudos do Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (Ipea) também mostram dados que contrariam o senso comum de atribuir "ineficiência" ao serviço público. Segundo a instituição, os índices de produtividade da atividade mantiveram-se superiores ao apurado nas empresas privadas. A explicação para o bom resultado está no aproveitamento de novas tecnologias da informação, na participação social no acompanhamento de políticas públicas e na modernização por meio de concursos e cursos de qualificação.

2.5 – Economia criativa e cultura

A cultura é um setor produtivo que gera emprego, renda, conhecimento, sentimento de pertencimento e bem-estar. É uma atividade artesanal em seu processo criativo, mas industrial em sua produção. A indústria cultural ou do entretenimento, resguardadas suas funções sociais e culturais, emprega mais que

o setor automobilístico. São 53% mais postos de trabalho, isso em pesquisa de 1998, feita pela Fundação João Pinheiro. Emprega mais que o dobro da indústria eletroeletrônica (Gazeta Mercantil, 1998) e, além disso, remunera melhor. Os países desenvolvidos colocam um caminhão de dinheiro na cultura, porque entendem essa lógica. Na Inglaterra, como noticiou Rodrigo Pinto em 2010, "para garantir que não haverá vacilo no uso da cultura na retomada econômica, já está informalmente em discussão o New Deal

of The Mind, plano para recolocar os desempregados da crise, mas, desta vez, em vagas na Indústria Criativa".

O orçamento do Ministério da Cultura está entre os últimos da União, mal dá para o custeio, ignorando estudos que comprovam que a cada real colocado na indústria criativa, de 5 a 7 retornam para o Estado em forma de impostos. Portanto, os valores empregados na cultura devem sair da lista de despesas do governo, para entrar na lista de investimentos.

Devem estar sob o comando do Ministério da Cultura projetos da chamada economia da cultura, trabalhando com um universo de cerca de 400 mil empresas atuando no segmento (7,8% do total no País), gerando mais de 2 milhões de empregos. A profunda crise econômica internacional em curso, que ameaça o desenvolvimento dos povos e nações, deve ser enfrentada pelo Brasil não com o apequenamento dos propósitos, metas e ações, e sim com o investimento no progresso social e na qualificação dos brasileiros. Nesse processo, educação, comunicação e cultura devem caminhar de forma articulada.

Como noticiou O Globo, "o PIB da indústria criativa brasileira chegou a R\$ 126 bilhões no fim de 2013, ou o equivalente a 2,6% do total produzido no País naquele ano. Representa avanço de 69,8% em dez anos, acima dos 36,4% registrados pelo PIB nacional no mesmo período, mostra pesquisa da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) do fim de 2014". Não há pesquisas recentes, mas especialistas afirmam que essa tendência se mantém e que o PIB das economias criativas deve estar na casa dos 5%.

Odilon Wagner, vice-presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes – "É a Cultura, senhores" – Opinião – O Globo – 2/5/2016

Em pleno acordo com a posição acima, expressa por Odilon Wagner em artigo publicado em *O Globo* no ano passado, a CNTU trabalha para estabelecer uma ampla aliança entre o movimento sindical de camadas médias universitárias e o movimento cultural brasileiro, nas suas mais diversas manifestações. Para mudar este País, fazer avançar nossa democracia, estar prontos para os 200 anos de Independência em 2022, precisaremos desse amálgama de forças sociais. Promover a cultura e a sociedade criativa, além de gerar emprego para milhões de pessoas, em especial aos jovens, vai desenhar nossas novas identidades culturais como uma

sociedade plural e avançada num país cada vez mais influente e de responsabilidades mundiais com a democracia, o progresso, a universalização do conhecimento e a paz.

Entendemos que a Constituição brasileira em vigor deve ser respeitada na sua orientação democratizante e de entendimento da comunicação e cultura como direitos sociais. Acima dos interesses mercadológicos, devem estar os públicos e sociais, ou seja, de universalização e acesso. Decisivo, nesse sentido, retomar-se o conceito de bem público na comunicação e cultura, mesmo quando operadas pelo setor privado. Os *déficits* educacional, cultural e comunicacional da sociedade brasileira dificultam o potencial de desenvolvimento da economia apoiada no conhecimento e na conectividade.

Além de garantir o acesso a todos, a liberdade de expressão, a coibição ao monopólio, o incentivo à produção local de conteúdos, um dos desafios maiores da democratização da comunicação e da cultura no Brasil consiste no incremento do sistema público de comunicação. Ou seja, aquele constituído pela mídia não comercial, produzido pelo próprio Estado ou pelos movimentos sociais e culturais. Isso é fundamental para assegurar a criatividade e a diversidade e, sobretudo, garantir espaços de resistência social à redução da cultura aos limites do mercado. Ao lado da oferta de uma educação de qualidade e de oportunidades de acesso ao consumo e à produção de bens da cultura, a internet é meio fundamental para a democratização educacional e cultural, na medida em que possibilita criar e distribuir conhecimentos a custos relativamente módicos.

A profunda crise econômica internacional em curso, que ameaça o desenvolvimento dos povos e nações, deve ser enfrentada pelo Brasil não com o apequenamento dos propósitos, metas e ações, e sim com o investimento no progresso social e na qualificação dos brasileiros. Nesse processo, educação, comunicação e cultura devem caminhar de forma articulada.

Parte 3

Propostas para o emprego e o desenvolvimento rumo ao Brasil 2022

Podemos e devemos almejar um desenvolvimento em que todos tenham um lugar digno na participação das conquistas materiais e espirituais da humanidade. Para isso, são decisivas as condições de trabalho e emprego convenientes ao padrão de conquistas sociais, econômicas, técnicas e ambientais do século XXI.

Apresentamos a seguir dez pontos com o objetivo de contribuir para orientar a nossa conduta no debate político sobre o futuro próximo do País, desde agora até 2022, quando se comemoram o Bicentenário da Independência e os 100 anos da impactante Semana de Arte

Moderna. A proposta é iniciar a composição de uma plataforma de formulação e debate sobre emprego e

1 – O sentido do progresso tecnológico deve ser orientado pela sociedade e pelos mecanismos de regulação para libertar os seres humanos do excesso de trabalho e da fadiga para que seja possível a todos desfrutar de uma vida boa, com condições dignas garantidas através do exercício dos diversos ofícios e de mecanismos de partição e inclusão social capazes de sustentar vidas longas.

desenvolvimento rumo ao Brasil 2022.

- Podemos e devemos almejar um desenvolvimento em que todos tenham um lugar digno na participação das conquistas materiais e espirituais da humanidade. Para isso, são decisivas as condições de trabalho e emprego convenientes ao padrão de conquistas sociais, econômicas, técnicas e ambientais do século XXI.
- 2 É necessário que seja cumprida a função social da riqueza e da propriedade. Essas, que são coletivamente geradas, devem ser também por todos compartilhadas. É preciso que sejam implementadas políticas que revertam a tendência da concentração de renda e patrimonial que amplia a desigualdade.
- 3 Devem ser rejeitadas as condições formuladas e impostas pela ideologia neoliberal que impõem a precarização do trabalho, eliminando conquistas acumuladas em séculos de lutas. Não cabe aos trabalhadores o peso da crise, apesar da insistente narrativa sobre o custo do trabalho que visa justificar a subtração de direitos que constituem condições básicas do trabalho decente. As razões da crise mundial são financeiras e, contraditoriamente, seus agentes são os que mais lucram com ela. No Brasil, os juros pagos pela dívida pública os mais altos do mundo consomem quase 50% do orçamento da União.

- 4 As alterações no mundo do trabalho devem ser objeto de debates públicos, estudos, produção de propostas elaboradas pela sociedade, representada pelos segmentos organizados, e também em fóruns com a participação efetiva e direta dos trabalhadores. O mesmo vale para a Previdência Social, que deve ser compreendida e discutida pela sociedade de forma democrática. A partir do projeto Brasil 2022, criar um canal de debates permanentes sobre emprego e desenvolvimento, elaborando diagnósticos e propostas de ação, visando a compreensão das alterações no mundo do trabalho e das alternativas de distribuição e geração de emprego e renda.
- 5 A sociedade como um todo e especialmente o movimento sindical devem participar ativamente das discussões sobre as questões de emprego e desenvolvimento que certamente permearão o debate eleitoral em 2018. A voz dos trabalhadores deve se fazer ouvir e influir no processo.
- 6 Deve ser considerado o grande contingente de cidadãos desempregados, que devem ter sua subsistência garantida. Esses demandam ainda apoio para recolocação no mercado, incluindo qualificação por meio da educação continuada.
- 7 O Brasil deve se afirmar como nação, rejeitando qualquer projeto de fragmentação social e territorial. Contra a ideia de Estado mínimo, defender o Estado democrático, forte, necessário, eficiente, transparente e participativo, que seja indutor do desenvolvimento e gestor do serviço público.
- 8 Construir o entendimento nacional sobre a necessidade e possibilidade de promover no Brasil uma economia complexa e sofisticada, que gere empregos de melhor qualidade e mais alta remuneração. As rendas do trabalho devem aumentar sua participação na riqueza do País, propiciando uma sociedade mais estável. Nesse

Apresentamos dez pontos com o objetivo de contribuir para orientar a nossa conduta no debate político sobre o futuro próximo do País. A proposta é iniciar a composição de uma plataforma de formulação e debate sobre emprego e desenvolvimento rumo ao Brasil 2022.

sentido é urgente reindustrializar o País, ampliar e aprimorar as infraestruturas econômica (transporte, energia, telecomunicações etc.), social e urbana (educação, saúde, cultura, assistência social, transporte, habitação, saneamento etc.). Esse projeto deve se dar de forma ambiental e socialmente sustentável, com ênfase na manufatura de baixo carbono, na agricultura sustentável, nas energias limpas, na indústria cultural e do conhecimento, na biotecnologia. Criar uma nova civilização nos trópicos passa necessariamente pelo equacionamento ambiental e social na atividade econômica.

 9 - Combater os projetos ora em curso de ruína do serviço público, cujo exemplo emblemático é o estreitamento da ação do Sistema Único de Saúde

(SUS) e o corte de recursos para a educação, incluindo as universidades públicas e os centros de pesquisa. Prescindir do serviço público ou apequená-lo é abandonar o

Brasil e a maioria da sua população, que precisa ter acesso a saúde, educação, cultura, assistência social, segurança pública, transporte, habitação e urbanismo. O serviço público deve se expandir garantindo qualidade de vida aos brasileiros. Nesse contexto, é preciso preservar a Previdência Social Pública e o direito dos trabalhadores à aposentadoria, instrumento fundamental de justiça social.

 10 – Defender a manutenção da política de valorização do salário mínimo, principal mecanismo de distribuição de renda no Brasil e de fortalecimento do mercado interno, o que é essencial à retomada do crescimento econômico.













SDS Edifício Eldorado, sala 108 - CEP: 70392-901 Brasília/DF - Telefone: (61) 3225-2288 cntu@cntu.org.br - www.cntu.org.br





